

CAPACIDADES ESTATAIS E GOVERNAMENTAIS: DOSSIÊ DE ESTUDOS BRASILEIROS¹

Daniel da Silva Onishi², Samira Kauchakje³.

¹ Vinculado ao projeto “Abordagem territorial em estudos sobre capacidades estatais e governamentais”

² Acadêmico do Curso de Administração Pública – CESFI – Bolsista PIBIC/CNPq

³ Orientadora, Departamento de Governança Pública – CESFI – s.kauchakje@udesc.br

OBSERVAÇÃO: PLANO DE TRABALHO CANCELADO A PEDIDO DO ESTUDANTE

Ao investigarmos a produção dos estudos sobre capacidades estatais temos a impressão de estar diante de um quadro de enorme complexidade, sobretudo porque se manifesta em diversas disciplinas, metodologias, dimensões, medidas etc. Só muito recentemente no Brasil — de uns dez anos para cá — surge nas áreas de ciência política e administração pública um debate centrado na compreensão do objeto em si e na sua operacionalização empírica no federalismo brasileiro. Uma das dificuldades que encontramos na nossa pesquisa ao rastrear o conjunto dos trabalhos é a ausência de um dossiê que dê senso de orientação geral das perspectivas que esse tema vem sendo abordado. Sem esta medida, por assim dizer, simplificadora, falta à consciência do pesquisador a básica percepção temporal e geográfica do alcance desta área de pesquisa.

Com o objetivo de mapear os estudos sobre o conceito, dimensões, métodos e medidas de capacidades estatais e governamentais, fizemos revisão bibliográfica qualitativa na literatura nacional como etapa preliminar da revisão sistemática da literatura, elencando os principais autores e estudos publicados até 2021. No quadro 1 classificamos este dossiê a partir de cinco escopos de estudo, destacando os métodos e dimensões que os autores de cada escopo predominantemente manuseiam. A contribuição deste dossiê é fornecer ao pesquisador um repertório de publicações atualizado com a maior abrangência possível, que lhe facilite visualizar o horizonte das discussões e o cruzamento das várias perspectivas do tema.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica qualitativa com busca nas bases *Google Scholar* e *ScieELO Citation Index*. No escopo “capacidades estatais municipais” fizemos revisão via técnica *snowball sampling*, utilizando como primeira camada o livro *Capacidades estatais municipais*, que coaduna os principais pesquisadores da temática; complementarmente, adicionamos *outros trabalhos encontrados via Google Scholar*. Excepcionalmente, adicionamos ao escopo “Conceito de capacidade estatal” o trabalho internacional da autora Luciana Cingolani, pela centralidade deste no debate nacional.

Como limitações e dificuldades encontradas à classificação do dossiê, percebemos que estudos vários não referenciam ou definem o aparato conceitual empregado, utilizando termos como “capacidade de governo” ou “capacidade técnica” de forma genérica, ou abordando dimensões do tipo “capacidade legal” sem citar o termo no texto.

Por fim, destacamos que inicialmente os estudos empiricamente orientados centram-se no nível federal com ênfase na dimensão técnico-administrativa, e, nos últimos anos, vêm se expandindo ao nível municipal munidos de diferentes métodos e dimensões de análise.

Quadro 1. Dossiê “ESTUDOS BRASILEIROS SOBRE CAPACIDADES ESTATAIS”:
escopos de estudo, métodos e dimensões enfatizadas.

| ESCOPO DE ESTUDO | DESCRIÇÃO | REFERÊNCIAS | Nº | MÉTODOS | DIMENSÕES ENFATIZADAS |
|---|--|--|----|---|---|
| Conceito de capacidade estatal | Estudos que revisam a história do conceito, dimensões e medidas enfatizadas na literatura. | (CINGOLANI, 2013); (AGUIAR; LIMA, 2019); (SOUZA; FONTANELLI, 2020); (GOMIDE, 2016); (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2017); (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2018); (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2018); (GRIN, 2012); (LIMA, 2018); (MARTINS, 2021); (SILVA et al., 2020); (SILVA; ALMEIDA, 2020); (SILVA; SILVA; ALMEIDA, 2021); (SOUZA, 2017). | 14 | QUALI: pesquisa bibliográfica. | Todas (administrativa, política, relacional, legal, fiscal, coercitiva, transformativa etc.). |
| Modelos analíticos de capacidades estatais para o Brasil | Autores da Ciência Política e Administração Pública que propõe, pensando no contexto brasileiro, modelos analíticos de capacidades estatais, com foco na produção de políticas públicas. | (CARDOSO; MARENCO, 2019); (FILGUEIRAS; KOGA; VIANA, 2020); (GOMIDE; SILVA; PIRES, 2014); (GOMIDE; MACHADO; ALBUQUERQUE, 2021); (PIRES; GOMIDE, 2016); (PIRES; GOMIDE, 2018); (PIRES; GOMIDE, 2021); (SOUZA, 2015). | 8 | QUALI: abordagem de arranjos institucionais de implementação. QUANTI: estatística descritiva. | Técnico-administrativa, político-relacional. |
| Capacidades estatais federais | Estudos que examinam a construção histórica das capacidades do Estado brasileiro, e analisam as capacidades de produção de políticas públicas pelo governo central. | (BICHIR, 2011); (COUTINHO, 2013); (ENAP, 2018); (GOMIDE; PIRES (Org.), 2014); (GOMIDE; BOSCHI (Org.), 2016); (GOMIDE; PEREIRA, 2018); (GRIN, 2014); (PIRES; GOMIDE, 2015). | 8 | QUALI: histórico-analítico, abordagem de arranjos institucionais de implementação, QCA. QUANTI: survey. | Técnico-administrativa, político-relacional. |
| Capacidades estatais estaduais | Estudos sobre capacidades estatais de nível estadual, com foco na produção de políticas públicas. | (MONTEIRO NETO (Org.), 2014). | 1 | QUALI: histórico-analítico. QUANTI: estatística descritiva. | Governativa (econômica-fiscal e político-institucional). |
| Capacidades estatais municipais | Estudos sobre capacidades estatais de nível municipal, com foco na produção de políticas públicas. | (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021); (SOUZA; GRIN, 2021); (CIALDINI; AFONSO; LEÃO, 2021); (PAPI et al., 2021); (BERGUE, 2021); (RIBEIRO; MACAYA; COELHO, 2021); (FERNANDES; TEIXEIRA; ZUCCOLOTTI, 2021); (GRIN, 2021); (OLIVEIRA; COELHO, 2021); (ABRUCIO; SEGATTO, 2021); (BICHIR; SIMONI JR., 2021); (LIMA-SILVA; LOUREIRO, 2021); (FONTANELLI, 2021); (DEMARCO, 2021); (GRIN, 2021); (ALMEIDA et al., 2017); (ARRETCHE et al., 2012); (BARBOSA; VAZ, 2019); (BATISTA, 2015); (BICHIR; SIMONI; PEREIRA, 2020); (CAVALCANTE; RIBEIRO, 2019); (CAVALCANTE, 2014); (COELHO; GUTH; LOUREIRO, 2020); (GOMES; FERREIRA; AMÂNCIO, 2017); (GRIN, 2020); (GRIN et al., 2018); (GRIN; ABRUCIO, 2018); (GRIN; FERNANDES, 2019); (LEME, 2010); (LIMA et al., 2020); (LIMA et al., 2020); (MADEIRA et al., 2018); (MARENCO; STROHSCHOEN; JONER, 2017); (MARENCO, 2017); (MENDES; FERREIRA, 2021); (MENICUCCI; MARQUES; SILVEIRA, 2017); (PAPI; DEMARCO, 2018); (PAPI; DEMARCO; LIMA, 2019); (MIRANDA; OLIVEIRA, 2018); (SANTANA; GOMES, 2017); (SÁTYRO; CUNHA; CAMPOS, 2016); (SÁTYRO; CUNHA, 2019); (SILVA, 2019); (VAZQUEZ, 2012); (VELOSO et al. (Org.), 2011); (GIOVANINI; REIS, 2020); (GRIN, 2021); (GRIN, 2016); (GRIN; ABRUCIO, 2018); (GRIN; ABRUCIO, 2021); (JULIANO; BATISTA; COUTO, 2019). | 51 | QUALI: análise documental, entrevistas. QUANTI: K-means, survey, estatística descritiva, regressão múltipla. | Administrativa, burocrática, política, relacional, institucional e fiscal. |

Palavras-chave: Capacidade estatal. Capacidade governamental. Revisão bibliográfica qualitativa.